

 Jamilly Lobo de Freitas
Francisco¹
 Derick Mendes Bandeira²
 Camila Ferreira de Souza
Costa¹

¹ Universidade Iguaçu, Curso de
Nutrição. Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

² Fundação Oswaldo Cruz,
Instituto Oswaldo Cruz,
Laboratório de Morfologia e
Morfogênese Viral. Rio de Janeiro,
RJ, Brasil.

Correspondência
Derick Mendes Bandeira
derick_mendes@live.com

Avaliação do conhecimento de nutricionistas brasileiros sobre dois capítulos do novo Código de Ética da profissão

Evaluation of Brazilian nutritionists' knowledge of two chapters of the profession's new Code of Ethics

Resumo

Introdução. O mais recente Código de Ética do nutricionista foi publicado em 2018, sendo escassas as pesquisas neste tema. **Objetivo.** Este trabalho tem como objetivo avaliar o conhecimento de nutricionistas sobre condutas éticas associadas aos capítulos IV e V do Código de Ética e Conduta do Nutricionista. **Método.** O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Iguaçu (CAAE:18920719.3.0000.8044). Trata-se de uma pesquisa quantitativa e exploratória, na qual foi aplicado um questionário *on-line* de 34 questões objetivas a nutricionistas de todo o país. A pesquisa foi desenvolvida na plataforma do Google Forms e o *link* foi compartilhado com nutricionistas presentes em grupos no WhatsApp, Facebook e com contas no Instagram. **Resultados e Conclusão.** Nossos dados mostram que a maior parte dos profissionais já leu o Código de Ética (81%), porém foi observado um conhecimento parcial em relação aos artigos 54, 58, 60, 61, 63, 64. Constatou-se que o perfil dos nutricionistas é composto principalmente por mulheres, brancas, com idade entre 30 a 39 anos, casadas ou em união consensual, sem filhos, com titulação máxima a especialização, tendo renda individual mensal de 3 a 6 salários mínimos, renda familiar mensal de até 6 salários-mínimos, e com área de atuação principal a nutrição clínica. Foi observado que alguns fatores influenciam a leitura do código e a quantidade de acerto das questões: cor, titulação máxima, renda familiar e individual, área de atuação e estado civil.

Palavras-chave: Código de Ética. Nutricionista. Ética Profissional.

Abstract

Introduction. The most recent code of ethics for nutritionists was published in 2018, and research on this topic is scarce. **Objective.** This work aims to evaluate the knowledge of nutritionists on ethical conduct associated with chapters IV and V of the Brazilian Code of Ethics and Conduct of Nutritionists. **Methods.** The study was approved by the Research Ethics Committee of Iguaçu University (Protocol 4.417.990/2020). It is quantitative and exploratory research, in which we applied an online 34-objective questions questionnaire to nutritionists from all over the country. The survey was developed on the Google Forms platform and the link was shared with nutritionists present in

groups on WhatsApp, Facebook, and Instagram accounts. ***Results and Conclusion.*** Our data showed that most professionals have already read the Code of Ethics (81%), but partial knowledge was observed concerning articles 54, 58, 60, 61, 63, and 64. It was found that the profile of nutritionists is composed mostly of white women, aged between 30 and 39 years, married or in a consensual union, without children, with a maximum degree of specialization, having individual monthly income of 3 to 6 minimum wages, monthly family income of up to 6 minimum wages, and with their main area of activity in clinical nutrition. It was observed that some factors influence the reading of the code and the amount of correctness of the questions: color, maximum title, family, and individual income, area of activity, and marital status.

Keywords: Code of Ethics. Nutritionist. Professional Ethics.

INTRODUÇÃO

Nutricionistas trabalham com o alimento e com a relação que as pessoas tem com ele. Eles atuam com prevenção de doenças e promoção de saúde, especialmente pela estimulação de hábitos saudáveis de alimentação.¹

No Brasil, o primeiro curso de Nutrição surgiu em 1939, devido à influência de um grupo de médicos da Universidade de São Paulo e do projeto de governo de Getúlio Vargas para melhorias na saúde pública.² Desde então, muitas outras universidades brasileiras passaram a ofertar o curso, o que, junto com a Associação Brasileira de Nutricionistas, contribuiu para o reconhecimento da profissão em 1967.³

Em 1978, a lei federal brasileira 6583/78 criou os Conselhos Regionais e Federal de Nutrição. Esses órgãos deveriam inspecionar e guiar o exercício da profissão. Por essa razão, se tornou necessário preparar o primeiro Código de Ética, publicado em 1981.⁴ Esse documento continha uma linguagem pouco flexível, repleta de definições, princípios, proibições e obrigações, o que espelhava a constituição brasileira e o momento histórico.⁵

Após uma significativa transformação política e social (incluindo uma nova constituição), um novo código de ética se tornou necessário. A segunda versão, publicada em 1993, convidava os nutricionistas a refletirem sobre suas ações, enfatizou o compromisso social, estimou a autonomia, o senso crítico e estabeleceu as obrigações que os nutricionistas têm com sua classe profissional, bem como com as demais pessoas.⁶

Nos anos seguintes, avanços na ciência e mudanças no perfil de alimentação da população permitiram à nutrição a incorporação de novas áreas de atuação, que deviam ser eticamente reguladas. Então, em 2004, o terceiro Código de Ética ampliou os temas discutidos, sem mudanças relevantes na estrutura das versões anteriores.⁷

Pela mesma razão, em 2014, o Conselho Federal de Nutrição requisitou a construção de um código atualizado que cobrisse as novas habilitações. Aproximadamente cem mil profissionais contribuíram para a quarta edição, que foi um importante diferencial em relação às versões anteriores. O texto final, entregue em 2018, tinha duas novidades significativas: capítulo IV (que trata da relação do nutricionista com os meios de comunicação e informação) e capítulo V (que regula a associação dos profissionais a produtos, marcas, serviços, empresas e indústrias).⁸

Como esta publicação é recente, existem poucos trabalhos sobre este tema. Por essa razão, este estudo tem como objetivo avaliar o conhecimento dos nutricionistas brasileiros sobre os capítulos IV e V da quarta edição do Código de Ética e Conduta do Nutricionista e os fatores que podem influenciar este desfecho.

MÉTODO

Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Iguaçu através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE: 18920719.3.0000.8044).

Desenho de estudo e coleta dos dados

A presente pesquisa é um estudo observacional seccional, no qual o grupo coletou todos os dados através de um questionário *on-line* construído na Plataforma Google Forms. Os pesquisadores têm cada vez mais utilizado essa ferramenta devido a sua segurança, eficiência, praticidade, facilidade de organização dos dados, baixo custo, baixo impacto ambiental e ampla cobertura geográfica. Também permite trabalho colaborativo, obedecendo aos protocolos de distanciamento social durante a pandemia de Covid-19.

Os participantes responderam a 35 perguntas, divididas em dois módulos: I. Aspectos sociodemográficos (19/35); II. Conhecimento dos capítulos 4 e 5 do novo Código de Ética (16/35). Nesta segunda parte, os participantes receberam um ponto para cada resposta correta.

Recrutamento dos participantes e seleção

Os participantes foram recrutados em grupos relacionados à Nutrição no Facebook e WhatsApp. No Instagram, o convite ocorreu através do *direct* com profissionais que seguiam o perfil da conta dos conselhos regionais e federal de nutrição. Todos que se voluntariaram para esta pesquisa receberam uma explicação sobre o projeto e seus objetivos. Em seguida, eles receberam um *link* para o formulário do questionário *on-line*.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam estar registrados no Conselho Regional de Nutrição. Questionários com respostas confusas, incompletas ou contraditórias foram excluídos. No total, 203 nutricionistas atenderam a todos os critérios para compor a amostra deste estudo.

Construção dos gráficos e análise estatística

Utilizamos o *software* Microsoft Excel para criar todos os gráficos e tabelas, e o *software* BioEstat 5.0 para as análises estatísticas.

Em todas as comparações de frequência, o teste do qui-quadrado foi utilizado para tabelas de contingência com tamanho máximo de 5x5, nas quais nenhum dos valores fosse igual a zero. Casos que não se encaixassem nesse perfil eram analisados pelo teste exato de Fisher.

Para a comparação de medidas individuais entre dois grupos, o primeiro passo foi realizar o teste de Shapiro-Wilk para descobrir se nossos dados tinham uma distribuição normal. Como todos os grupos tiveram um perfil assimétrico, o teste de Mann-Whitney foi utilizado para essas análises.

Em todos os casos, a diferença entre os grupos deveria ter $p < 0,05$ para ser considerado estatisticamente relevante.

RESULTADOS

A Tabela 1 mostra o perfil dos 203 participantes deste estudo. Eram predominantemente mulheres, de 30 a 39 anos, brancas, casadas ou em união consensual, tendo uma pós-graduação *lato sensu* como máxima titulação acadêmica, renda individual mensal de 3 a 6 salários-mínimos, renda familiar de mais de 6 salários-mínimos e atuam principalmente na área clínica.

Tabela 1. Perfil de participantes que responderam ao questionário (em 2021). Rio de Janeiro-RJ, 2021

VARIÁVEIS	N	%	VARIÁVEIS	N	%
Gênero			Renda individual mensal (em salários mínimos)		
Masculino	16	7.88	Até um	39	19.21
Feminino	187	92.12	De 1,1 a 3	60	29.56
Idade			De 3,1 a 6	66	32.51
20 a 29 anos	77	37.93	De 6,1 a 9	25	12.32
30 a 39 anos	90	44.33	De 9,1 a 15	10	4.93
40 a 49 anos	22	10.84	De 15,1 a 20	2	0.99
≥ 50 anos	14	6.897	Mais de 20	1	0.49
Raça			Renda familiar mensal (em salários mínimos)		
Branços	134	66.01	Até um	10	4.93
Pardos	57	28.08	De 1,1 a 3	35	17.24
Negros	9	4.43	De 3,1 a 6	59	29.06
Amarelos	2	0.99	De 6,1 to 9	45	22.17
Indígenas	1	0.49	De 9,1 a 15	31	15.27
Estado Civil			De 15,1 a 20	14	6.90
Solteiros	97	47.78	Mais de 20	9	4.43
Casados / União consensual	18	8.87	Área de atuação		
Divorciados / Separados	87	42.86	Nutrição clínica	86	42.36
Viúvos(as)	1	0.49	Alimentação coletiva	35	17.24
Número de filhos			Nutrição esportiva	8	3.94
Nenhum	129	63.55	Nutrição e Saúde Pública	22	10.84
Um	36	17.73	Cadeia de produção de alimentos	4	1.97
Dois	30	14.78	Ensino, extensão e pesquisa	48	23.65
Três	7	3.448	Experiência profissional (tempo)		
Quatro ou mais	1	0.493	Não possui	12	5.91
Nível educacional			Até 4,9 anos	88	43.35
Graduação	59	29.06	De 5 a 9,9 anos	56	27.59
Especialização	87	42.86	De 10 a 19,9 anos	31	15.27
Mestrado	33	16.26	20 anos ou mais	16	7.88
Doutorado	22	10.84			
Pós-doutorado	2	0.99			

A análise estatística revelou que a cor da pele, titulação acadêmica, renda individual mensal e área de atuação foram as variáveis que podiam influenciar os profissionais a lerem ou não o código de ética (Tabela) 2.

Tabela 2. Fatores que podem influenciar (ou não) a leitura do código de ética (2021). Rio de Janeiro-RJ, 2021

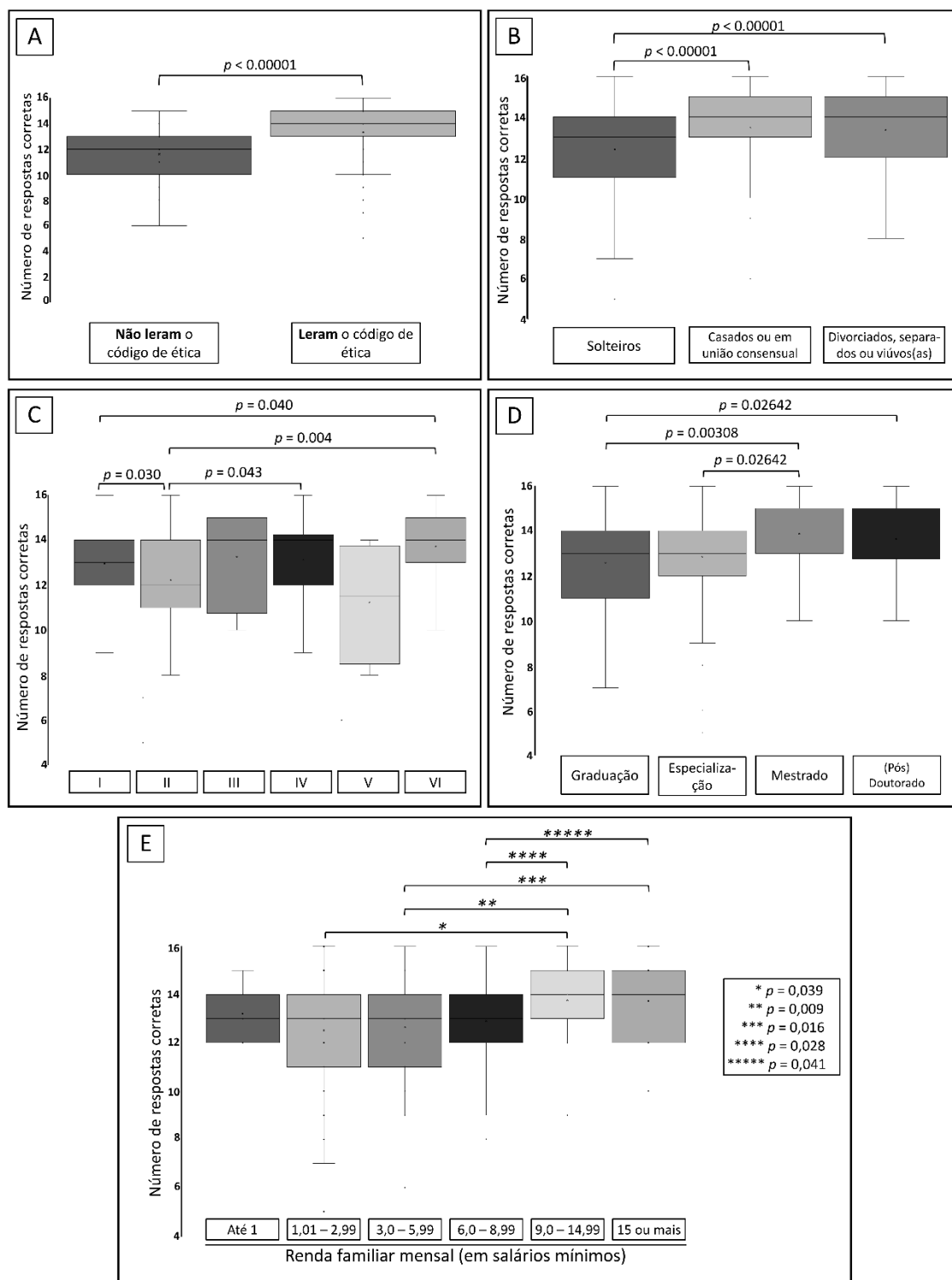
	Nutricionistas que leram o código		Nutricionistas que não o leram		p^*
	N	%	N	%	
Gênero					
Masculino	13	6.40	3	1.48	0.9610
Feminino	151	74.38	36	17.73	
Idade					
20 a 29 anos	59	30.73	9	4.69	0.4432
30 a 39 anos	68	35.42	20	10.42	
40 a 49 anos	17	8.85	5	2.60	
50 anos ou mais	12	6.25	2	1.04	
Resposta não informada / inválida	8		3		

Tabela 2. Fatores que podem influenciar (ou não) a leitura do código de ética (2021). Rio de Janeiro-RJ, 2021 (Cont).

	Nutricionistas que leram o código		Nutricionistas que não o leram		<i>p</i> *
	N	%	N	%	
Raça					
Brancos	111	54.68	23	11.33	0.0366
Pardos	47	23.15	10	4.93	
Negros	4	1.97	5	2.46	
Outros	2	0.99	1	0.49	
Nível educacional					
Graduação	52	25.62	7	3.45	0.0266
Especialização	61	30.05	26	12.81	
Mestrado	30	14.78	3	1.48	
Doutorado	19	9.36	3	1.48	
Pós-doutorado	2	0.99	0	0.00	
Renda individual mensal (em salários mínimos)					
Sem renda	12	5.91	3	1.48	0.0395
Até 1	23	11.33	1	0.49	
De 1,1 a 3	42	20.69	18	8.87	
De 3,1 a 6	53	26.11	13	6.40	
Mais de 6	34	16.75	4	1.97	
Área de atuação					
Nutrição clínica	76	37.44	10	4.93	0.0023
Alimentação coletiva	23	11.33	12	5.91	
Nutrição e saúde pública	17	8.37	5	2.46	
Ensino, extensão e pesquisa	42	20.69	6	2.96	
Outras	6	2.96	6	2.96	
Experiência profissional (tempo)					
Não possui	12	5.91	0	0.00	0.2810
Até 4,9 anos	71	34.98	17	8.37	
De 5 a 9,9 anos	45	22.17	11	5.42	
De 10 a 19,9 anos	22	10.84	9	4.43	
20 anos ou mais	14	6.90	2	0.99	

Considerando o conhecimento sobre o conteúdo do Código de Ética, pessoas casadas (ou em união consensual), os que trabalhavam nas áreas de educação e extensão, com mestrado ou doutorado e com renda familiar mensal maior que 9 salários mínimos alcançaram maiores pontuações quando responderam à segunda parte do questionário (Figura 1).

Figura 1. Análise de variáveis com relevância estatística em relação ao número de respostas corretas. A. Leitura do Código de ética; B. Estado Civil; C. Área de atuação (I. Nutrição clínica; II. Alimentação coletiva; III. Nutrição esportiva; IV. Saúde Coletiva; V. Cadeia de produção; VI. Ensino, pesquisa e extensão); D. Titulação máxima obtida; E. Renda familiar mensal.



DISCUSSÃO

O perfil de nutricionistas definido por essa pesquisa se mostrou compatível com o que consta na cartilha de 2017 do CFN.⁹ Padrão similar é também observado entre nutricionistas da Austrália¹⁰ e Estados Unidos.¹¹ A única exceção foi a renda familiar, que em nosso estudo era de 6 salários mínimos (R\$ 6.270,00) ou menos, enquanto que no Brasil, de forma geral, era R\$ 10.472,30.⁹ Essa variação já era esperada, dada a diferença no tamanho amostral: a pesquisa do CFN entrevistou 1.104 nutricionistas (número 5,4 vezes maior que o presente estudo).⁹

Nossos dados também mostraram a baixa representatividade de alguns grupos sociais entre os nutricionistas. A população brasileira é constituída de 48,2% de homens, e 56,2% são negros.¹² No entanto, em nossa amostra, as mulheres representam 92% dos participantes e apenas 32% dos que responderam à pesquisa eram negros. A predominância feminina nessa profissão pode estar ligada ao fato de que a Nutrição emergiu do curso de Enfermagem, que também é predominantemente feminino.¹³ Em relação ao baixo número de nutricionistas negros, a pesquisa do CFN encontrou o mesmo padrão: apenas 26,8% de seus entrevistados.⁹ Infelizmente, o Brasil tem uma desigualdade de acesso à educação marcante. Em 2015, por exemplo, a população negra atingiu um nível geral de educação que a população brasileira branca já havia alcançado 13 anos antes.¹⁴ E, apesar da predominância de negros no Brasil, a taxa de jovens negros entre 18 e 24 anos que cursa o ensino superior é a metade do percentual da população jovem branca da mesma faixa etária.¹⁴

Em relação às mídias sociais, as mudanças do novo código de ética acompanham as tendências sociais e buscam regular este ambiente, que pode ser utilizado por nutricionistas para disseminar informações e atrair consumidores, expondo-os a uma gama de perigos éticos.¹⁵ Essas limitações impostas na atuação do nutricionista nas redes sociais já foi observada em códigos de ética de outros países, como na Índia, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Peru e Argentina.¹⁶⁻²¹ No Brasil, regras acerca do uso profissional de mídias sociais também são encontradas em outras profissões, como Medicina, Fisioterapia e Odontologia.²²⁻²⁴

E apesar de o primeiro artigo do Código de Ética do nutricionista dizer que “O nutricionista tem o compromisso de conhecer e pautar sua atuação [...] nos preceitos éticos contidos neste Código”,⁸ 19% dos entrevistados nesta pesquisa alegaram ainda não ter lido o documento. Além disso, os assuntos cobertos pelo Código vão além do senso comum, necessitando de estudo e conhecimento para que possam ser plenamente implementados na prática. Participantes que não leram o Código de Ética pontuaram significativamente menos do que os que o leram.

Ademais, a questão racial também influencia na leitura. Mais da metade dos negros não leram o código (55,6%), enquanto que mais de 82% dos brancos já tinham lido. As razões por trás desse fenômeno não são totalmente compreendidas. Entretanto, sabe-se que a população negra no Brasil sofre significantes impactos em sua qualidade de vida, como maior exposição a pobreza, violência, desemprego e menores oportunidades de ascensão social.²⁵ Tal desigualdade social e econômica pode afetar negativamente a produtividade e capacitação profissional.²⁶⁻²⁷

Finalmente, outro ponto interessante foi que a leitura do código de ética é mais frequente dependendo da área de atuação e do nível educacional. Nutricionistas com mestrado ou doutorado, e que trabalham com pesquisa, ensino e extensão leram o código de ética mais frequência e, conseqüentemente, tiveram um desempenho melhor quando responderam às questões sobre ética no questionário. Uma possível explicação para esse fato é que esses profissionais estão inseridos em um ambiente no qual esse assunto é constantemente evidenciado, seja para transmitir a outras pessoas ou para a ética relacionada ao seu

trabalho e pesquisa. Além disso, o maior nível educacional é diretamente relacionado ao maior desenvolvimento moral e ético.²⁸

CONCLUSÃO

Este estudo mostrou que 81% dos participantes leram o novo código de ética do nutricionista. No entanto, é notável que um conhecimento superficial de alguns artigos dos capítulos IV e V. Isso prova que o contato prévio com esse documento não garante um bom desempenho em todos os assuntos cobertos por ele. Além disso, nutricionistas que leram o Código de Ética tiveram resultados superiores quando comparados ao grupo de profissionais que não o fizeram.

Pessoas casadas ou em união consensual, com principal atuação na área de educação e extensão, com mestrado ou doutorado, e com renda familiar de mais de 9 salários-mínimos responderam corretamente às questões relacionadas ao código com mais frequência. E as variáveis raça, titulação máxima, renda familiar e individual mensais e principal área de atuação tiveram influência significativa na leitura do código por esses profissionais.

Nossas observações apontam para a necessidade de estimular maior leitura do Código e promoção de debates sobre ética profissional, especialmente em universidades, para guiar os futuros nutricionistas.

A principal limitação deste estudo foi a falta de garantia sobre a autenticidade das respostas obtidas, o que é comum em pesquisas que utilizam questionários eletrônicos. A escassez de dados sobre ética na Nutrição no Brasil também tornou difícil parear alguns de nossos dados com a literatura para aprofundar as discussões. As evidências compartilhadas aqui demonstram a grande relevância desse tema e contribuem para aprimorar o debate sobre a ética profissional e as atribuições do nutricionista.

REFERÊNCIAS

1. Associação Brasileira de Nutricionistas. Histórico do nutricionista no Brasil - 1939 a 1989: coletânea de depoimentos e documentos. São Paulo: Atheneu; 1991] apud Vasconcelos FD. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. Revista de Nutrição. 2002;15:127-38. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732002000200001>.
2. Vasconcelos FdAGd. The nutritionist in Brazil: a historical analysis. Rev Nutr. 2002 [citado 2021 abril 29];15(2):127-38. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732002000200001>.
3. Vasconcelos FdAGd. Calado CLdA. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. Rev Nutr. 2011;24(4):605-17. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732011000400009>
4. Conselho Federal de Nutricionistas. Profissão de nutricionista completa 40 anos de regulamentação. Revista CFN. 2007;21(5):8-9. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2015/05/21.pdf>.
5. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN Nº 24. de 26 de outubro de 1981. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. 1981 [Acesso 2021 abril 26] Disponível em: http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_24_1981.htm.
6. Souza TdSN. Rego M. Wanderley A. Madruga SW. et al. Código de ética do nutricionista: um processo de construção coletiva. In: Rosaneli CF. editor. Contextos, conflitos e escolhas em alimentação e bioética. 20 ed. Curitiba: PUCPRESS; 2016. p. 81-100. Disponível em: https://www.pucpress.com.br/wp-content/uploads/2021/11/AMOSTRA_contextos_conflitos-e-escolhas.pdf.

7. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 334, de 10 de maio de 2004. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. 2004 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_334_2004.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20aprovado%20o%20C%C3%B3digo.%C2%B0%20de%20outubro%20de%201993.
8. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA DO NUTRICIONISTA e dá outras providências. 2018 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: http://www.crn3.org.br/uploads/repositorio/2018_10_23/01.pdf.
9. Benedicto NM, Martinez EZ, Jorge TM. Use of images of patients in social networks: how do speech-language therapists perceive and act? *Codas*. 2019;31(2):e20180174. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-1782/20182018174>
10. Brown L, Capra S, Williams L. Profile of the Australian dietetic workforce: 1991–2005. *Nutrition & Dietetics*, 2006;63:166-178. <https://doi.org/10.1111/j.1747-0080.2006.00064.x>
11. DATA USA. Dietitians & nutritionists. 2021 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://datausa.io/profile/soc/dietitians-nutritionists#demographics>.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quantidade de homens e mulheres - Educa Jovem. 2019 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.
13. Campos FM, Kraemer FB, Machado PAN, Carvalho, MCVS, Prado SD. Gênero e formação profissional: considerações acerca do papel feminino na construção da carreira de nutricionista. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*. 2016;11(3),773-788. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2016.23426>.
14. Matijascic M; Corbucci, PR. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. – Brasília : Ipea; 2017. 485p. ISSN: 15184285
15. Kubheka B. Ethical and legal perspectives on use of social media by health professionals in South Africa. *The South African Medical Journal*. 2017;107(5),386-389. <http://dx.doi.org/10.7196/SAMJ.2017.v107i5.12047>.
16. Indian Dietetic Association. Code of Ethics of the Indian Dietetic Association (IDA). 2017 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <http://idaindia.com/wp-content/uploads/2017/08/IDA-Code-of-Ethics-July-21-2017.pdf>.
17. Academy of Nutrition and Dietetics. Code of Ethics for the Nutrition and Dietetic profession. 2018 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://www.eatrightpro.org/-/media/eatrightpro-files/career/code-of-ethics/codeofethicshandout.pdf?la=en&hash=1DEF8%20BAE3548732AC47E3827D9E6326DA5AED496>.
18. College of Dietitians of Ontario. Code of Ethics. 2019 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://www.collegeofdietitians.org/jurisprudence-professional-practice-resources/code-of-ethics.aspx#:~:text=This%20Code%20of%20Ethics%20has,guide%%20evidence%2Dbased%20dietetic%20practice>.
19. Ordem dos nutricionistas. Código deontológico da ordem dos nutricionistas. 2016 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://www.ordemdosnutricionistas.pt/ver.php?cod=0A00>.
20. Colegio de Nutricionistas del Peru. Código de ética y deontologia profesional del nutricionista peruano. 2010 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://www.cnp.org.pe/pdf/C%C3%93DIGO%20DE%20C%C3%89TICA%20CNP%202010.pdf>.
21. Colegio de nutricionistas de la provincia de Buenos Aires. Ley de colegiación nº 13.272 y código de ética. 2007 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: https://www.nutricionistaspba.org.ar/contenidoEstatico/marcoLegal/ley_colegiacion_codigo_etica.pdf.
22. Conselho Federal de Medicina. Código de ética médica. Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. 2018 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>.
23. COFFITO. Resolução nº424, de 08 de julho de 2013 – Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. 2014 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3187>.

24. Conselho Regional de Odontologia de São Paulo. Código de Ética Odontológica. 2012 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: <http://www.crosp.org.br/uploads/etica/6ac4d2e1ab8cf02b189238519d74fd45.pdf>.
25. Theodoro, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas* 2014; 8(1), 205–219. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>.
26. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2019 [Acesso 2021 abril 26]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.
27. Coelho I, Alves R, de Souza D, Honorato E. Preto lá faz faculdade? Uma revisão da literatura sobre racismo nas universidades brasileiras. *Revista Intersaberes*. 2019;14(32),381-395. <https://doi.org/10.22169/revint.v14i32.1563>.
28. Lohn VM. Fatores que influenciam o comportamento ético na prática da sustentabilidade das organizações [these]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178084>.

Colaboradores

Francisco JLF participou da coleta dos dados e escrita do texto; Bandeira DM participou na análise dos dados, interpretação e tradução do manuscrito para o inglês; Costa CFS participou do planejamento e delineamento do estudo, revisão do artigo e aprovação da versão final

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 06 de maio de 2022

Aceito: 01 de dezembro de 2022